



Jornal da

# ASEFAC

Distribuição gratuita

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

Foto: Agência Globo



# Ameaça global

**Últimos Baobás – árvore-símbolo da degradação dos nossos recursos naturais, que condena as futuras gerações**

## **METAS DO MILÊNIO COMPROMETIDAS**

Política fiscal do governo federal relega as metas sociais a segundo plano e saneamento acaba perdendo 84% de orçamento previsto para 2005

## **ACORDO COLETIVO MOBILIZA A CATEGORIA**

Entidades e sindicatos decidem unificar a Campanha de 2005 e fecham questão em torno da garantia do emprego e da preservação da CEDAE



**Associação  
dos Empregados  
de Nível  
Universitário  
da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral,  
120, Sala 1004, Centro  
Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: 2263-6240  
Telefax: 2253-7482  
E-mail:  
aseac@veloxmail.com.br  
Home Page:  
www.aseac.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**  
Flávio Guedes

**Diretor Vice-Presidente**  
Pedro Evandro Ferreira

**Diretor Administrativo**  
Jorge Haddad de Aquino

**Diretor Financeiro**  
Maurício Abramant Guerbatin

**Diretor de Comunicação**  
Maria de Fátima Guerbatin

**Diretor Técnico**  
João Benedito Mello

**Diretor Social**  
Marcio de Melo Rocha

**Diretor Jurídico**  
Dylair Benigno dos Santos

**Diretor Adjunto**  
Nelson Portugal

**Conselho Diretor - 2004/2006**

- Repres. dos Advogados**  
Aloysio Gomes Feital Filho
- Repres. dos Aposentados**  
Antonio Bastos de Oliveira  
José Rômulo de Melo  
Paulo C. S. Ripper Nogueira
- Repres. dos Arquitetos**  
Tânia Mara Silva
- Repres. dos Contadores**  
Sérgio Pereira
- Repres. dos Economistas**  
João A. Vasco Rodrigues
- Repres. dos Engenheiros**  
Adriano Gama Alves  
Armando Costa Vieira Jr.  
Carlos Henrique Pereira  
José Roberto da C. Dantas  
Mara R. K. K. S. Alô  
Sérgio Vieira F. Martins
- Repres. dos Geólogos**  
Paulo Roberto da Cruz
- Repres. dos Químicos**  
Augusto César F. Gesteira

**Conselheiros Natos**

- Antônio Ignácio da Silveira
- Walmyr B. de Oliveira
- Emy Guimarães de Lemos
- João Carlos do R. Pinto
- Renato Lima do E. Santo
- Carlos Henrique Menezes
- Jaime Dutra Noronha
- Dario Mondego
- Paulino Cabral da Silva

**Conselho Fiscal**

- Jaime Dutra Noronha
- Ricardo Afonso das N. Leitão
- Rita de Cássia dos Santos
- Márcio de Melo Rocha
- Gérson P. Lima Nascimento
- Jorge Rodrigues Leitão

**Jornalista Responsável**

Carlos E. Eleutério  
MTB: 12.524-RJ  
Projeto Gráfico  
J. Paulo Eleutério

Planeja e Informa  
Produções Ltda.

(21) 2524-0890/  
2220-0656  
www.planinrio.com.br

**POLÍTICA DE SANEAMENTO**



# Opção

## Nova Iguaçu prepara estudo que pode levar à privatização do saneamento

**M**esmo sem ainda ter sido aprovada a lei que cria um marco regulatório para o saneamento, o município de Nova Iguaçu começou a desenvolver um estudo chamado "diagnóstico simplificado dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando a obter subsídios para a formulação futura da política municipal, ordenação, regulação e alternativas para a prestação dos serviços de saneamento", que poderá redundar na privatização do setor no município. Entre outras coisas, o diagnóstico vai apontar alternativas para isolar do Sistema Guandu, ao qual está integrado, os serviços de saneamento prestados na cidade, inclusive a distribuição de água.

O estudo foi solicitado pelo prefeito Lindberg Farias à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), do Ministério das Cidades, através do Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS), que está prestando assistência técnica especializada na área de saneamento básico ao município. Os serviços de consultoria estão sendo custeados com recursos do Banco Mundial, através de

convênio mantido com o governo federal, e deverá ficar pronto em 90 dias.

De acordo com a justificativa do governo federal, cabe à SNSA/PMSS dar assistência técnica aos estados e municípios "no enfrentamento dos problemas do setor de saneamento, particularmente a realização de estudos que apontem alternativas para a prestação eficiente dos serviços, para o financiamento dos investimentos requeridos à universalização e melhoria da qualidade, bem como à adequada regulação da prestação desses serviços". No caso específico de Nova Iguaçu, a Secretaria de Saneamento alega que o município vem sentindo necessidade de estabelecer uma política de melhoria do atendimento no saneamento, "a começar pelo pleno conhecimento da infra-estrutura existente e com relação aos aspectos institucionais da gestão e prestação dos serviços".

O estudo acerca do setor de saneamento de Nova Iguaçu, que funciona de maneira integrada ao sistema metropolitano do Guandu, prevê a realização de diagnóstico a partir de informações sobre a atual concessão dos serviços entregues à CEDAE. Em seguida, será realizado um levantamento "in loco", tanto de dados macros da infra-estrutura existente quanto de dados quantitativos e





Fotos: Arquivo

**Integração  
na Região  
Metropolitana  
não permite a  
fragmentação**



# perigosa

## Equilíbrio do sistema pode ficar ameaçado

qualitativos da prestação atual dos serviços. Tendo em vista que o município é integrado ao sistema metropolitano do Guandu, a secretaria pretende também avaliar o grau de complexidade desta integração, “para identificar os caminhos críticos que possam abrir a possibilidade de isolamento da malha distribuidora de água e coletora de esgotos, facilitando assim possíveis arranjos institucionais de interesse do município”.

*O saneamento na Baixada é integrado pelos sistemas Guandu, Acari e Ribeirão das Lajes*



A diretoria da ASEAC considera um erro técnico e uma atitude politicamente “incoerente” a tentativa de separar os serviços de água prestados à população do município de Nova Iguaçu. “Errada, tecnicamente, porque o município está integrado aos sistemas Guandu, Acari e Ribeirão das Lajes, que abastecem a Região Metropolitana, e não pode simplesmente ser desligado deles; politicamente incoerente, porque traz a possibilidade de privatização, comprometendo o princípio do equilíbrio e da justiça social na distribuição de água”.

Para os técnicos da ASEAC, é praticamente impossível promover essa ruptura do sistema, sem prejudicar a população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente da Baixada Fluminense, atendida pelos mesmos sistema que abastecem Nova Iguaçu. Quanto ao esgotamento sanitário, a CEDAE não presta esse serviço, que é de responsabilidade do município e cobrado no IPTU.

Com relação à inadimplência existente, que também deverá fazer parte do diagnóstico, o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, afirma que a CEDAE precisa melhorar seu desempenho na arrecadação. Mas lembra

que, ao contrário das empresas privadas, a companhia não tem objetivo de lucro financeiro, porque o seu lucro é social, buscando levar água de boa qualidade a todas as camadas da população, independente de classe social. E se assim não fosse, hoje a questão da saúde no Rio seria pior ainda.

Por isso, a companhia se utiliza do subsídio cruzado para atender as camadas menos favorecidas da sociedade, que muitas vezes tem dificuldades para pagar as contas de água, inclusive em Nova Iguaçu, o que tende a tornar o sistema deficitário nos municípios do interior e da Baixada. Flávio Guedes admite a necessidade de investimentos para melhorar a qualidade dos serviços, “mas não será fragmentando um sistema que funciona de forma integrada ou privatizando os serviços que vamos melhorá-los. A experiência já demonstrou isso, e a própria população já se posicionou contrária à entrega do saneamento à iniciativa privada”.

O presidente da ASEAC estranhou também a postura do governo federal, que não tem liberado recursos para investimentos em saneamento no Estado do Rio, mas, ao mesmo tempo, incentiva estudos que podem levar à privatização dos serviços, numa clara tomada de posição em bases equivocadas, como é esse caso específico.



**METAS DO MILÊNIO**

**Política fiscal do governo relega as metas sociais a segundo plano e saneamento ambiental perde 84% de seu orçamento para 2005**

# Orçamento por água

## Abaixo

**A** Caixa Econômica Federal, principal agente financeiro do setor, está tentando negociar com as pastas da Fazenda e com o Tesouro Nacional, mecanismos alternativos para tentar liberar mais recursos para investimentos em projetos de saneamento ambiental. O objetivo é tentar contornar o corte de 84% que o governo federal fez no orçamento destinado ao setor, em nome do ajuste fiscal.

Com o corte, o volume de verbas disponíveis de fato, que deveria chegar a R\$ 6,1 bilhões este ano, foi reduzido para apenas R\$ 998 milhões em 2005. Esse total representa no máximo 20% do montante de R\$ 4,5 bilhões anuais, que o próprio governo federal estima no Plano Plurianual de Investimentos como necessários para o país conseguir universalizar os serviços em 20 anos. Ou, no mínimo, reduzir à metade, até 2015, o total de pessoas sem acesso a serviços de saneamento, especialmente esgoto sanitário, conforme compromisso firmado com a Organização das Nações Unidas (ONU), através das "Metas do Milênio".

### Só na promessa

O fato é que a disposição inicial anunciada pelo presidente Lula de dar prioridade aos investimentos em saneamento até agora não passaram disso: promessas. De acordo com o próprio Ministério das Cidades, o problema maior é a falta de serviços de esgotamento sanitário, cuja coleta só atinge 50% dos domicílios urbanos brasileiros. Com esgotos tratados, a média nacional de atendimento não passa de 30%.

Essa deveria ser a prioridade ab-

soluta, até mesmo porque a falta de esgoto compromete a qualidade da água para tratamento, contaminando os corpos hídricos e lençóis freáticos. Pelo menos 41% da população não têm esgotos tratados, o que agrava a situação do saneamento e compromete o abastecimento de água. São Paulo, a maior cidade da América Latina, é um exemplo disso, com o rio Tietê totalmente contaminado por esgotos, exigindo investimentos gigantescos e comprometendo a disponibilidade de água para São Paulo, que depende a cada dia de fontes mais distantes e mais raras de água para se abastecer.

O Brasil ainda tem 7,5 milhões de pessoas que sequer tem banheiro com vaso sanitário em casa. De acordo com o próprio governo, somente para resolver o problema do abastecimento de água e do esgoto sanitário, em 20 anos seriam necessários 178 bilhões em in-

vestimentos, a contar de 2004.

A notícia dos cortes no orçamento deixou pessimistas os técnicos do setor, que tinham esperanças de ver os investimentos retomados rapidamente. Somente em emendas do orçamento, foram feitos cortes de R\$ 1,8 bilhão, atingindo em cheio o Ministério das Cidades, atual endereço do saneamento. As dotações foram reduzidas de R\$ 1,396 bilhão para R\$ 94 milhões.

Em outra medida, uma resolução do Conselho Monetário Nacional impede que R\$ 3,2 bilhões do FGTS e do FAT sejam repassados aos estados e municípios por meio de empréstimos da CEF. A resolução exige que os projetos financiados com dinheiro do FGTS e do FAT tenham retorno financeiro. Ocorre que, no caso da urbanização de favelas e obras de drenagem, que são demandados por estados e municípios, esse retorno é muito baixo, o que inviabiliza os empréstimos.

Fotos de arquivo



*Além de comprometer as Metas do Milênio, falta de recursos para o setor ameaça as fontes de água*



Fotos de arquivo



# Metas do Milênio comprometidas

## Cortes podem afetar compromisso brasileiro com a ONU

**C**aso sejam mantidos os limites de gastos impostos pelo governo ao setor de saneamento, o Brasil, que acaba de criar a “Década Brasileira da Água”, dificilmente vai conseguir cumprir as “metas do Milênio” acordadas com a ONU. De acordo com aquele organismo internacional, o país está em sexto lugar entre 23 países da América Latina e Caribe, no ranking do abastecimento de água nos centros urbanos, com 91% das residências ligadas à rede. Ou seja, cerca de 18 milhões de pessoas continuam sem atendimento.

O Haiti é o pior, com 15%, e Porto Rico o melhor, com 100%. Mas no quesito esgotamento sanitário, o Brasil cai para 11º lugar, com 59% (quase 80 milhões de pessoas sem os serviços) dos domicílios atendidos. Nota-se que estamos falando apenas da população urbana, mas ainda resta resolver também o problema do saneamento rural.

A verdade é que o país ficou muito tempo sem investir em saneamento básico. Segundo a própria ONU, o Brasil gastou, de 1990 a 97, cerca de R\$ 4,6

bilhões em projetos de água e esgoto, enquanto a Argentina investiu R\$ 43 bilhões em saneamento. Os dados são de um relatório divulgado pela ONU-Habitat aqui no Rio, intitulado “Água e Saneamento nas Cidades do Mundo”. O documento afirma que, mesmo dispondo de 53% das reservas da América Latina, as deficiências em saneamento afetam 83 milhões de pessoas, quase metade da população.

Segundo o Ministério das Cidades, responsável pela condução das políticas de investimento em saneamento ambiental, o Brasil vai ter de gastar R\$ 178

**As deficiências em saneamento no Brasil ainda afetam 83 milhões de pessoas, quase metade da população**

bilhões em 20 anos para universalizar o acesso à água de boa qualidade e a serviços de esgotamento sanitário. Isso significa que, em 10 anos, quando chegar a hora de prestar contas às metas da ONU, nós teremos de ter investido R\$ 89 bilhões para conseguir atender à metade dessa população, ou seja, 9 milhões de pessoas com água tratada e 40 milhões de pessoas com esgotamento sanitário.

Ocorre que, ainda hoje, os recursos para investimentos em infra-estrutura, o que inclui o saneamento, estão contingenciados, por conta das metas de ajuste fiscal. O ministro das Cidades, Olívio Dutra, até tem tentado excluir os investimentos em áreas como habitação e saneamento do conceito de dívida pública, mas o obstáculo permanece. A contabilidade brasileira considera o investimento em saneamento como gasto público e, portanto, o uso do FGTS e dos recursos do BNDES para investimento faz aumentar as despesas correntes e, em consequência, compromete o superávit primário.

Com isso, os recursos estão enquadrados nos cálculos do déficit primário





**METAS DO MILÊNIO**

previsto no acordo com o FMI, o que limita os investimentos do governo. E mesmo com o anúncio do fim do acordo com o Fundo, as metas fiscais permaneceram inalteradas e os recursos contingenciados. Além disso, a falta de cadência na provisão dos recursos para saneamento fragiliza o setor, porque gera descontinuidade nas ações e retarda o atendimento à população brasileira.

De acordo com a Secretaria de Saneamento, em 2004 o governo conseguiu cumprir a meta de investir 0,45%

do PIB em Saneamento (o que representaria cumprir a previsão de investimentos anuais para atingir os R\$ 178 bilhões necessários em 20 anos). O Plano Plurianual, por exemplo, prevê investimentos de R\$ 18,3 bilhões para o saneamento. Em 2004, caso o governo conseguisse cumprir todo o orçamento, a previsão era aplicar R\$ 4,7 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões do FGTS e FAT que, somados aos investimentos das operadoras de saneamento (companhias estaduais), de cerca de R\$ 1,5

bilhão, passariam de R\$ 6 bilhões.

Ocorre que, segundo dados que a própria imprensa tem divulgado, desses recursos que vem sendo destinados ao saneamento, pouco mais de R\$ 100 milhões teriam sido efetivamente desembolsados, ou seja, foram efetivamente gastos. Em dezembro, a própria Secretaria de Saneamento admitia que dos R\$ 360 milhões destinados ao setor privado através do FGTS, apenas R\$ 60 milhões foram efetivamente gastos. E já se passaram dois anos de governo Lula.

**Falta de recursos**

**PORTAS ABERTAS  
AO SETOR PRIVADO**

Duas coisas preocupam os técnicos quando se fala em privatização: em primeiro lugar, o próprio governo afirma que não tem recursos e precisa mobilizar outras fontes. No orçamento do governo federal, a verba para o setor é pouca e, segundo o Ministério das Cidades, terá de ser compensada através de recursos da iniciativa privada. Contudo, o modelo de Parceria Público-Privada (apontado pelo governo como opção), embora esteja definido, ainda vai demorar a ser colocado em prática.

Além disso, existem possibilidades de contestações até jurídicas, conforme vem ameaçando a Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB-SP), que afirma ter detectado vários pontos inconstitucionais na nova lei. Em segundo lugar, não se sabe quais os efeitos colaterais que esta parceria poderá acarretar para o setor, tendo em vista as necessidades de vultosos investimentos, e se esse modelo seria o mais adequado para resolver o problema do saneamento ambiental, devido à sua conotação social.

A própria ONU afirma que boa parte das famílias não é atendida por falta de renda para pagar as tarifas. Não se pode esquecer que uma empresa privada quer lucro, como é de sua natureza. Diante disso, o temor maior é que, privatizando os serviços, apenas as classes privilegiadas possam ter acesso a eles. Aí, as Metas do Milênio estarão seriamente comprometidas, além do princípio da equidade.

**ONU-HABITAT ALERTA**

**Crescimento desordenado transformou o mundo numa**

**Bomba relógio**

Segundo o Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat), as cidades estão entrando num processo acelerado de favelização em todo o mundo e, nesse ritmo, em 15 anos ficarão inabitáveis, devido à violência e à precariedade de infra-estrutura.

O alerta contido no relatório intitulado "O Desafio das Favelas no Mundo" afirma que o número de pessoas vivendo em favelas, hoje de cerca de um bilhão (um sexto da população mundial), vai dobrar até 2030, em consequência da urbanização acelerada e do aumento da pobreza.

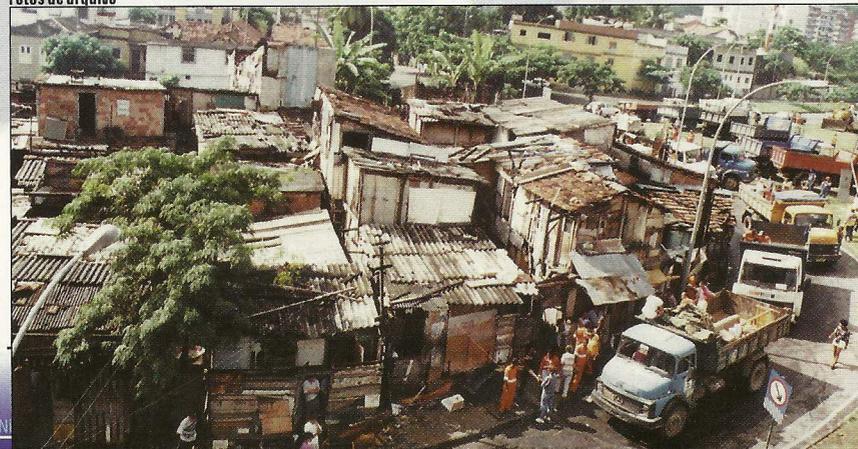
A estimativa é que, até 2050, a população mundial seja de nove bilhões de pessoas, das quais seis bilhões viverão nas cidades. Destas, 3,5 bilhões, cerca de 38%, viverão em favelas, se alguma coisa radical não for feita para resolver esse problema, adverte a ONU-Habitat. No relatório, afirma que a população pobre está se movendo do

interior para as cidades, num processo chamado "urbanização da pobreza". A ONU-Habitat critica "a apatia e falta de vontade política dos governos para resolver a questão da pobreza urbana", lembrando que a pobreza extrema leva a comportamentos anti-sociais, o que faz disso um problema global.

O problema é como "uma bomba relógio". Segundo o relatório da ONU-Habitat, apesar de o crescimento acelerado das favelas ser evidente, falta planejamento para acomodar a população que se desloca para as cidades em busca de uma vida melhor. E a falta de habitação, água, esgoto e emprego abre caminho para a explosão da criminalidade, alerta o documento.

O organismo internacional afirma ainda que o problema é mundial e tem crescido mais do que as cidades: o que muda são as habitações. Enquanto no Hemisfério Norte, esses assentamentos surgem em construções velhas, no Rio de Janeiro, por exemplo, as favelas aparecem em áreas novas.

Fotos de arquivo





**CATEGORIA SE MOBILIZA**

# Acordo Coletivo

## Categoria se une em defesa da garantia de emprego

**Um encontro entre as entidades e sindicatos representativos dos trabalhadores da CEDAE, realizado na sede da ASEAC, no último dia 19 de abril, selou a unificação da categoria em torno da campanha para o Acordo Coletivo de 2005. Entre os pontos principais, as entidades decidiram que as discussões em torno das cláusulas do Acordo deverão ser conduzidas de maneira conjunta e fecharam questão quanto ao item que determina a garantia no emprego.**

**A**s entidades já estão elaborando um documento que será encaminhado oficialmente à direção da CEDAE, propondo a negociação unificada. O objetivo é evitar que o movimento da categoria seja enfraquecido por posições isoladas. No encontro, as lideranças traçaram também uma estratégia de ação conjunta para a data base da categoria, de maneira a acompanhar e informar os empregados da companhia sobre o andamento das negociações. Isso deverá ser feito através de uma primeira Assembléia Geral que as entidades vão convocar após a primeira reunião com a direção da CEDAE.

A reunião das entidades decidiu também pela criação de dois fóruns permanentes das entidades – um deles para cuidar especificamente do Acordo Coletivo e outro para implementar o debate permanente em torno de questões que ameaçam a integridade da companhia e seu futuro como empresa pública, a exemplo da terceirização de setores estratégicos, do enfraquecimento da CAC Saúde e da situação do Plano de Previdência - PRECE.

Com posição firme em torno dos interesses dos trabalhadores e da com-

panhia, participaram do encontro, além do presidente da ASEAC, Flávio Guedes, o presidente do SINTSAMA, Francisco Pereira (Chiquinho); o diretor do Sindicato dos engenheiros (SENGE), Aloísio Souza da Silva; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Campos, Eirilza Zózimo Valatão Ferzeli; da ASTEC, Humberto Lemos; da ASCED/Golfinho, Jorge Luiz Santos; da AFTAE, Marcos Puccini Lara; e da ASAPAE; Vicente Arantes.

O presidente da ASEAC foi o primeiro a defender a unificação da luta pelo Acordo Coletivo e a mobilização dos trabalhadores em torno de ações que possam resgatar o papel da CEDAE como empresa pública de saneamento

comprometida com a saúde da população. “Não podemos aceitar um acordo que não preserve a empresa”, advertiu Flávio Guedes.

O diretor do SENGE alertou para o fato de que, quando a categoria se divide, o empregador leva vantagem e o trabalhador fica prejudicado. “Por isso, temos de explicar à categoria que, apesar de terem sido entregues três pautas à empresa, queremos uma campanha unificada”, afirmou Aloísio Souza da Silva.

Por sua vez, o presidente do SINTSAMA chamou atenção para o momento que o país vive, buscando reformas em várias áreas, inclusive no saneamento. “Além de nos preocuparmos com a questão pontual do Acordo Coletivo, temos de fazer uma discussão mais ampla em torno do que está colocado para os trabalhadores no que se refere à sua organização e sobre o futuro da CEDAE, pois estamos perdendo a empresa. E não podemos reduzir essa questão política maior à assinatura do Acordo”, alertou Chiquinho.

Diante do consenso sobre a ameaça por que passa hoje a CEDAE e da necessidade urgente de se estabelecer o debate acerca de medidas que possam preservar a CEDAE, as entidades decidiram, por unanimidade, transformar a questão num debate permanente da categoria em todo o Estado, através de um Fórum em Defesa do Saneamento Público e da CEDAE.

Foto: Marcelino de Jesus



## MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

E agora, homo sapiens – vamos pedir desculpas aos nossos filhos?

# Um planeta a caminho

**S**e compararmos a idade da terra, avaliada em 4,5 bilhões de anos, com a de uma pessoa de 45 anos, poderíamos afirmar que, quando os primeiros vegetais começaram a florescer, a terra já teria 42 anos. Ela só conviveu com o homem moderno nas últimas quatro horas e, há cerca de uma hora, viu este mesmo homem moderno começar a plantar e colher. Há menos de um minuto percebeu o ruído das máquinas e indústrias. E como denuncia uma ONG de defesa e preservação do meio ambiente, foi nos últimos sessenta segundos que, desgraçadamente, o homem, dito moderno, produziu todo o lixo do planeta.

Outras informações são igualmente cruéis. Das 8.323 espécies de plantas ameaçadas de desaparecerem do planeta, esta o baobá (foto). Aquela única árvore que existia no planeta do pequeno príncipe (romance do francês Antoine de Saint-Exupéry, escrito em 1943), a história, que enriqueceu nossa infância e a de nossos filhos, não fará parte saudável da infância de nossos netos, visto o iminente desaparecimento da árvore-símbolo do mundo do pequeno príncipe. Deixando o povo africano, irmãos do baobá, bem menos orgulhoso de seu passado e de suas riquezas. A lista vermelha, divulgada em 17/11/04, pela união mundial de conservação (IUCN, sigla em inglês) mostra que, além das 8.323 espécies de plantas, tendem a desaparecer, também, 7.266 espécies de animais, num total de mais de 15.000 espécies de seres vivos no planeta, deixando, com certeza, o mundo de nossos filhos e netos, infinitamente, mais pobre e sem graça.

Não menos cruel é a constatação de que a famosa frase dita por Iuri Gagarin – “*Que lindo, a terra é azul*” – em abril de 1961, a bordo da espaçonave Sputnik, quando pela primeira vez um

ser humano orbitou a terra, não é mais verdadeira. Quarenta anos depois, em agosto de 2001, um outro astronauta, Frank Culbertson, comandante de uma outra espaçonave – a Estação Espacial Internacional (ISS), disse – “*A terra já não é tão azul, está ficando cinza*”. E disse mais: – “*daqui de cima, vemos áreas desmatadas, sem nenhuma vegetação, nuvens de gases poluentes e poeiras em áreas antes limpas. Isso mostra que temos que cuidar melhor da terra daqui para frente.*” O comandante é um astronauta veterano e lembra que, no início dos anos 90; “*A terra era mais bela e menos poluída*”. O planeta que deixaremos para nossos filhos não é nem a sombra daquele que nossos pais nos deixaram. Que coisa feia e triste!

### Realidade vira Ficção

Emblemático também é o tema, baseado em fatos reais, tratado por hollywood no filme “Erin Brockovich – Uma mulher de Talento”, do diretor Stevem Soderbergh. O filme vencedor do Oscar retrata a saga de uma cidadã americana, ex-miss wichita, divorciada duas vezes, mãe de três filhos pequenos, abandonada pelo marido, financeiramente falida e sem nenhum co-

nhecimento acadêmico de química e/ou meio ambiente. Com uma atitude intempestiva consegue um emprego no escritório do advogado, Ed Mas-ry, responsável por parte de seus problemas. Com métodos pouco ortodoxos, se interessa por uma doente da pequena cidade de Hinkley, no deserto californiano. Além dessa, outras pessoas, entre homens, mulheres e crianças, estavam doentes: adultos com câncer e crianças com leucemia. Diante do quadro dantesco e de suas investigações, Erin chega a empresa Pacific Gas And Electric, que para evitar corrosão nas torres de compressão de sua usina, utiliza um produto a base de cromo, que posteriormente era descartado no meio ambiente, contaminando o lençol freático, utilizado pela população de Hinkley para o abastecimento de água. A princípio informou-se que o cromo utilizado e descartado no meio ambiente era o cromo trivalente ( $Cr^{+3}$ ), até certo ponto não prejudicial à saúde. Posteriormente, constatou-se através de análises das vísceras de vários animais encontrados mortos, em afloramentos do lençol freático, que o cromo utilizado e descartado no meio ambiente era, na verdade, o cromo hexavalente ( $Cr^{+6}$ ), alta-

Fotos de arquivo



FLÁVIO GUEDES  
Presidente da ASEAC

# o do caos



**“O planeta que deixaremos para nossos filhos não é nem a sombra daquele que nossos pais nos deixaram”**

mente cancerígeno. Resultando, ao final, em uma indenização de US\$ 333 milhões, a maior indenização de ação direta vencida numa corte americana. O filme “A qualquer preço”, estrelado por John Travolta, trata do mesmo assunto, só que de forma mais acadêmica. Demonstrando, no caso específico de Erin Brockovich, que Deus não escolhe os capacitados - Deus capacita os escolhidos e, sem dúvida, Erin foi uma escolhida.

É trágico também tomar conhecimento que uma equipe de 1.300 renomados cientistas de 95 países, co-

ordenados por Walt Reid, apresentou em 29/03/05, um detalhado estudo sobre o estado do nosso planeta Terra. Chegaram à conclusão que o mundo está muito próximo de uma catástrofe ambiental e que as pessoas - ricos, pobres, poderosos, não poderosos, plebeus, nobres, enfim... todos - não deveriam ter como certo que seus filhos e netos vão sobreviver ao mundo degradado do século XXI. Algumas conclusões surpreendem: a quantidade de água doce armazenada em reservatórios é três a seis vezes maior do que a que flui naturalmente. A quantidade



**AMEAÇA GLOBAL**

Foto: Agência Globo

de nitrogênio (N) e fósforo (P) lançados no meio ambiente, em razão do uso de fertilizantes, dobrou de 1960 até hoje, e essa quantidade formidável de nutrientes propicia o crescimento de algas (bloom algal), que podem destruir ecossistemas inteiros. Quando falamos em algas, lembrem-se, principalmente, das algas cianofíceas, que, quando mortas, liberam toxinas termicamente e quimicamente estáveis. Foram estes tipos de algas (algas azuis) que levaram à morte várias pessoas em Caruaru (PE), quando eram submetidas a hemodiálise com água contaminada com a microcystes (um tipo de alga azul, cuja toxina é extremamente agressiva).

**Água contaminada**

Assusta também saber que aproximadamente 360 milhões de chineses (quase o dobro da população brasileira) bebem água poluída, principalmente na zona rural. E que cerca de 70% dos rios e lagos da China estão contaminados com efluentes industriais e esgoto domésticos, sem os devidos e necessários tratamentos. O Diário Oficial China Daily afirma que dois milhões de pessoas já contraíram doenças, entre as quais o câncer, provocadas

pelas altas concentrações de arsênico, na água utilizada pela população.

Segundo um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em 23/03/05, 1,1 bilhão de pessoas em países em desenvolvimento sofrem uma dramática escassez de água limpa para beber, cozinhar e tomar banho. A situação ficará ainda pior, com secas e inundações catastróficas, ligadas ao aquecimento global do planeta. O alerta foi dado no dia mundial da água, com o lançamento da campanha “Água para uma Década”. *“Muita gente acha natural ter água à disposição para beber e tomar banho. Porém, para mais de 1 bilhão de seres humanos, isso é um luxo. Eles não podem fugir de usar fontes de água suja”* – disse o diretor da organização mundial de saúde (OMS) Dee Jong-Wook.

O Haiti, um dos países mais pobres do mundo e metido numa interminável guerra civil, teve toda sua cobertura vegetal (florestas) transformada em carvão pela população, totalmente desinformada. Hoje, qualquer chuva mais forte provoca gigantescas inundações e, pela incapacidade de permeação da água no solo para formação dos lençóis freáticos, acaba por contaminar os frágeis mananciais de água

potável ainda existentes, tornando a situação social, já instável, mais crítica ainda. Este triste exemplo serve de parâmetro para a já necessária mudança de comportamento com relação à floresta amazônica, que, pelo já supra citado estudo realizado pelos 1.300 cientistas de 95 países, já sofre a ameaça de uma tragédia ambiental. Ou seja, para o risco de destruição. E vários fatos em nosso dia-a-dia tem apontado nessa direção. O covarde assassinato do seringueiro Chico Mendes, em 1988, em Xapuri, por aqueles interessados somente na exploração/destruição da floresta. Não menos brutal foi o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, em Anapu, pelos mesmos motivos. E o injustificável recuo do governo federal e da sociedade frente às pressões dos madeireiros do Pará, extremamente competentes na derrubada de florestas e coação de governos. E as imorais queimadas na floresta. Um fato bem ligado à situação aqui descrita é a citação de Oswaldo Cruz sobre a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, em Rondônia – *“Para cada dormente da ferrovia, um homem morto por malária”*. O que demonstra que a natureza, quando atacada, não reage - ela se vinga.

**Experiência confirma**

**Água a caminho da intratabilidade**

**Para reforçar o sentimento e a necessidade de uma mudança radical na postura dos homens públicos e da população em nosso Estado, lançamos mão da história do saneamento, aqui no Rio de Janeiro:**

■ Em 1927, era inaugurada em Santa Cruz a estação de tratamento de água de Santos Malheiros, produzindo 0,60m³/seg, captando água do Rio Guandu Mirim. Na década de 70, o Rio ficou eutroficado, deixando de ter as condições necessárias e suficientes para que suas águas pudessem ser tratadas. Perdemos a E.T.A de Santos Malheiros.

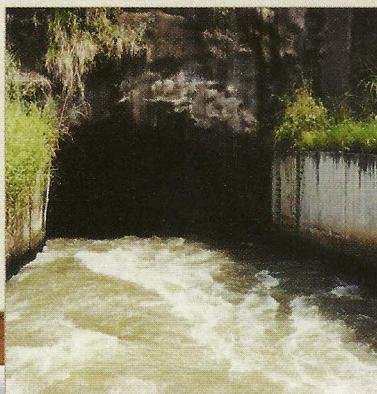
■ Em 1947, era inaugurada, em Duque de Caxias, a estação de tratamento de água de Caxias, produzindo 1,00 m³/seg, captando água dos rios Botas e Iguaçú. Na década de

70, os rios ficaram eutroficados, deixando de ter as condições necessárias e suficientes para que suas águas pudessem ser tratadas. Perdemos a E.T.A de Caxias.

■ Em 1952 era inaugurado em São Gonçalo – Itaboraí a estação de tratamento de água de Imunana-Laranjal, que hoje tem capacidade de tratar até 7,00 m³/seg, e captava na época, água dos Rios Macucu, Caceribu e Guapi-açu. Também na década de 70, o rio Caciribú ficou eutroficado, deixando de ter as condi-

ções necessárias e suficientes para que suas águas pudessem ser tratadas. Hoje, a ETA de Imunana-Laranjal só capta água dos Rios Guapi-açu e Macacu, cuja bacia hidrográfica está em avançado estado de degradação, não fornecendo em quantidade nem em qualidade água para o potencial de ETA.

■ Em 1955, era inaugurado em Nova Iguaçu e estação de tratamento de água do Guandu, que hoje tem capacidade de tratar até 47,00 m³/seg, captando água do Rio Guandu (formado pela transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para geração de energia elétrica no complexo da Light). As condições e problemas do Rio Paraíba do Sul já foram abordadas nesta matéria. As do Rio Guandu em nada se diferenciam das do Rio Paraíba do Sul, seu maior contribuinte, deixando qualquer cidadão que ouse pensar ou se preocupar com o futuro de seus filhos e netos, com o benefício da dúvida.



# Situação no Rio já preocupa

Os fatos citados parecem estar distantes do Rio de Janeiro, nos dando uma falsa impressão de segurança. Porém, a situação aqui não é muito melhor que aquelas já comentadas. Em uma série de oito excelentes reportagens intituladas “morte anunciada”, o jornalista Túlio Brandão, do jornal o Globo, nos coloca exatamente no lugar que devemos estar. E particularmente a do dia 12/04/04, intitulada “As aberrações do fundo do Rio Paraíba do Sul”, choca, porque mostra a presença de “anomalias monstruosas” em peixes nativos do Rio Paraíba do Sul, sobretudo em espécies que vivem junto aos sedimentos e nas que nadam próximo à superfície. Entre as anomalias detectadas, há deformações nas nadadeiras, barbilhões nos olhos e escamações anormais – neoplasmas (tumores) e lesões cutâneas. A reportagem se baseou no estudo realizado pelo ictiólogo Gustavo Numan, do Museu Nacional da UFRJ, a pedido da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que revelou os mesmos problemas já detectados pela Feema, em estudos realizados entre 1980 e 1983. Tais deformações são causadas, segundo a literatura específica, pela presença na água de hidrocarbonetos aromáticos polinucleares, como o benzopireno (ou benzoapireno), classificado como altamente cancerígeno. Subproduto gerado em vários processos siderúrgicos, indesejado, mas presente nos processos.

As águas do Rio Paraíba do Sul são utilizadas para gerar energia elétrica nas

usinas da Light e formam o Rio Guandu, utilizado para o abastecimento da população de parte da região metropolitana do Rio de Janeiro. E volta e meia, temos notícias de acidentes nessas bacias hidrográficas, como, por exemplo, a morte, por queimaduras, de um menor que jogava bola em um terre-

no que servia de depósito clandestino para produtos químicos às margens do Rio Paraíba do Sul. Clássico também é o acidente envolvendo a fábrica de papel Cataguases, que despejou no Rio Pombas, afluente do Rio Paraíba do Sul, Algo em torno de 1,4 bilhão de litros de um



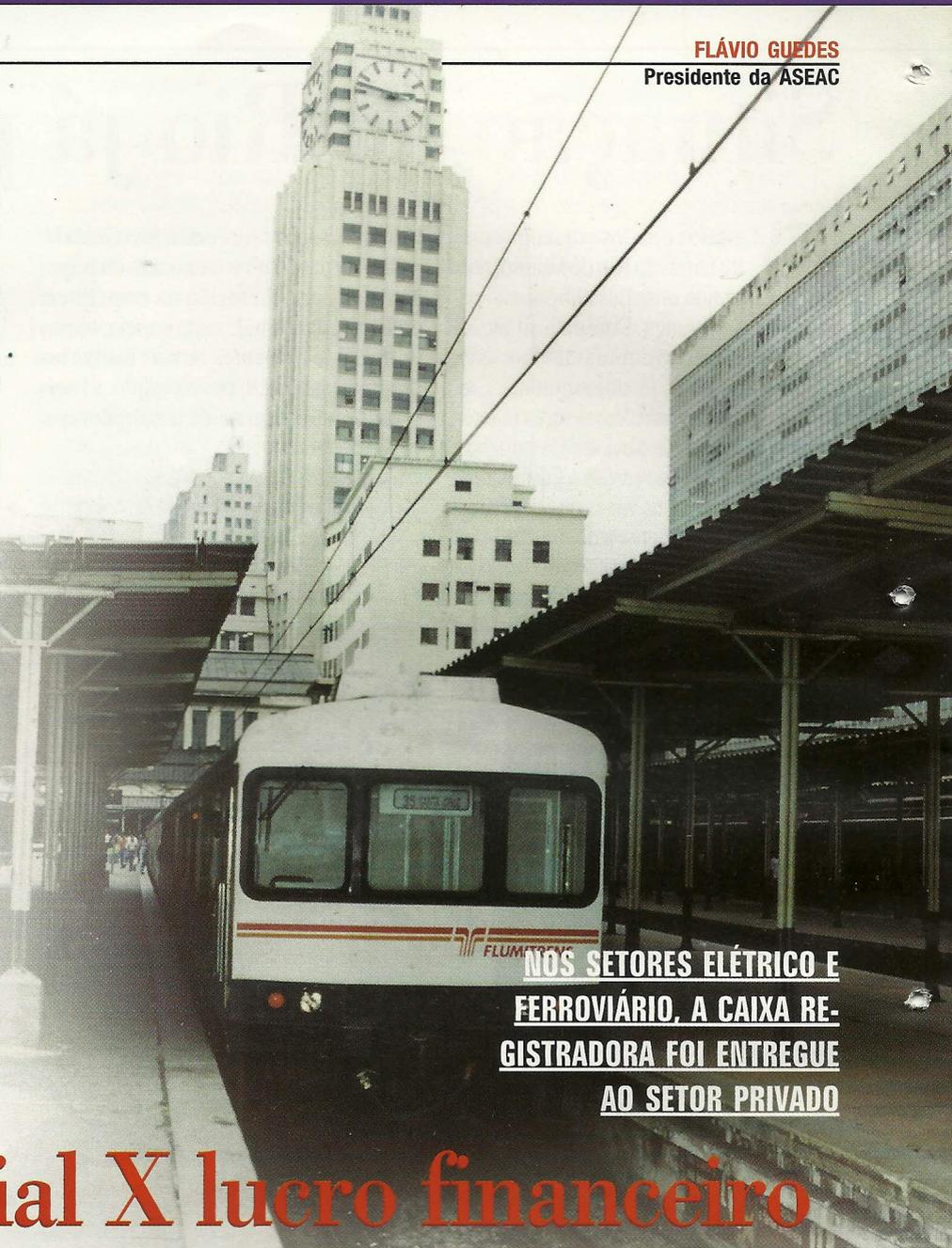
**Entre as espécies ameaçadas, está o baobá, árvore conhecida por ser a única no romance “O Pequeno Príncipe”.**

**AMEAÇA GLOBAL**

**FLÁVIO GUEDES**  
Presidente da ASEAC

rejeito industrial, riquíssimo em soda cáustica, substância altamente alcalina, cujo nome técnico é hidróxido de sódio (NaOH), e obtido, principalmente, pelo processo eletrolítico, caríssimo, o que sem dúvida já agrega valor econômico a esse rejeito, que deveria, em nome do bom senso e de um meio ambiente melhor para nossos filhos e netos, ser **RECICLADO** e posto novamente no mercado.

O supracitado acidente teve como conseqüência a elevação do pH das águas do Rio Pombas para aproximadamente 12. Naquele episódio, chamou atenção o destaque dado a um animal de grande porte, morto dentro do Rio Pombas, não recorde se era um porco, um boi ou um cavalo, mas sua morte foi relacionada ao ato de beber daquela água. Mesmo se o animal, de grande porte, fosse um burro, não beberia uma água com pH 12, pois com este pH, a água queimaria toda a mucosa de sua boca. *“Burros são aqueles que poluem ou deixam poluir; enquanto empresários ou poder público; bebem, enquanto consumidores; e dão de beber a seus filhos, enquanto Pais.”* A poluição é desperdício, nós poluímos com soda cáustica, mercúrio, zinco, cobre, graxa, óleo e etc... E soda cáustica, mercúrio, zinco, cobre, graxa, óleo e etc... valem dinheiro.



**NÓS SETORES ELÉTRICO E FERROVIÁRIO, A CAIXA REGISTRADORA FOI ENTREGUE AO SETOR PRIVADO**

# Lucro social X lucro financeiro

**O**s problemas de escassez e qualidade de água em nossa região não são novos. Na metade do século retrasado (XIX), D. Pedro II implementou o reflorestamento dos morros da Tijuca, antigos cafezais, por absoluta falta de água, em quantidade e qualidade, para a população. E fez mais: trouxe água das serras de Petrópolis, através dos sistemas hoje conhecidos e em pleno funcionamento, como Linhas Pretas.

Em função das informações aqui contidas, fica óbvio que a questão do meio ambiente e da água deixa de ser somente estratégica, e passa a ser, também, a condição **mater** para a sobrevivência já da geração de nossos filhos. A defesa e proteção de florestas, rios, lagos, aquíferos e mananciais de grande e de pequeno por-

te, passam a ter importância crucial, como é importante também a modernização das empresas **públicas** de saneamento, para que não se repitam os mesmos equívocos cometidos com outros setores, na década passada:

- No setor elétrico: A caixa registradora, a distribuição, passou para as mãos da iniciativa privada. A geração de energia, o abacaxi, continua nas mãos do Estado, com pesados investimentos para modernizá-lo e adequá-lo à nossa realidade.
- No setor ferroviário: A caixa registradora, o transporte de passageiros, passou para as mãos da iniciativa privada. O pepino, as modernizações e expansões, também com pesados investimentos, continua nas mãos do Estado.
- No setor de saneamento, se a caixa

registradora, a distribuição, como nos casos anteriores, também for privatizada, com certeza, as altas tarifas, a banana, irá para o povo. A produção, a batata quente, com todos os problemas aqui abordados existentes e latentes, ficaria com o Estado.

Devemos estar alertas para que não haja intenções e tentações de procedimentos idênticos e dividi-lo em dois - produção e distribuição.

Tratam-se, certamente, de fatos tão reais como a própria dor, que a maioria não quer ver, mas são reais. Bem assemelhado à maior artimanha do Satanás, que provou para a humanidade que ele não existia, para poder agir à vontade. Pois bem, ele existe!

*Homo Sapiens...! Qualquer coincidência é mera semelhança!*



## COMPROMISSO

Veja a íntegra da reportagem no endereço: [http://www.aseac.com.br/jorn42\\_5.htm](http://www.aseac.com.br/jorn42_5.htm)

# “Rosinha tranquiliza”

Surgiram novamente boatos acerca da possibilidade de privatização da CEDAE. A ASEAC considera importante lembrar as declarações da atual governadora Rosinha Matheus, dadas à ASEAC, na ocasião em que ainda era candidata ao cargo de governadora, comprometendo-se com o saneamento público. Se

hoje a CEDAE é pública, devemos, principalmente, a uma atitude forte e firme do então candidato Anthony Garotinho, em 1998. Portanto, não podemos acreditar que, num governo Rosinha Garotinho, o “fantasma” da privatização volte a assombrar o setor de saneamento e os trabalhadores da CEDAE.

## CANDIDATA GARANTE QUE PRIVATIZAÇÃO ESTÁ FORA DE SEUS PLANOS DE GOVERNO

Transcrito da edição setembro / outubro de 2002 do Jornal da ASEAC

“**N**osso compromisso é manter a CEDAE sob controle do poder público”. A frase é da candidata pelo PSB ao governo do Estado do Rio, Rosinha Matheus Garotinho, ao responder às do Jornal da ASEAC sobre suas propostas para a CEDAE e para o setor de Saneamento Básico. O posicionamento da candidata soou como um estímulo e, ao mesmo tempo, um fator tranquilizador aos técnicos da companhia, que, desde o governo Marcello Alencar, vem enfrentando todo tipo de pressão no sentido de transferir as atividades à iniciativa privada, condenando um serviço essencial à sanha do lucro do capital privado.

De certa forma, a postura assumida pela candidata Rosinha Matheus, que lidera as pesquisas de preferência de votos no Estado do Rio, não chegou a surpreender a direção da ASEAC e os técnicos da CEDAE, tendo em vista o compromisso público que ela já havia assumido, durante o debate realizado no Clube de Engenharia, no final de agosto, quando defendeu de maneira firme a preservação da CEDAE pública:

- Não vamos privatizar a CEDAE – disse taxativamente a candidata, durante

Fotos Alexandre Loureiro



o debate. Ex-secretária de Desenvolvimento Social do Estado, Rosinha afirmou que Anthony Garotinho foi o governador que mais investiu em Saneamento nos últimos anos.

“Além disso”, garantiu, “ele fez diversas obras, como a recuperação do emissário submarino de Ipanema; deu início às obras do emissário da Barra, da adutora da Baixada e da galeria de cintura da Lagoa”, disse Rosinha.

## Íntegra da entrevista da então candidata

**Jornal da ASEAC** - Os Estados brasileiros vêm enfrentando pressões do setor privado e do próprio governo federal para privatizar o Saneamento. Caso eleita, a adoção do modelo privado está nos planos do seu governo ou a senhora pretende manter a CEDAE sob gestão pública?

**Rosinha** - Nosso compromisso é manter a CEDAE sob controle do poder público.

**Jornal da ASEAC** - Muita gente reclama que a CEDAE não investe na melhoria dos serviços, mas ao mesmo tempo os governos não dão autonomia para ela atuar. Como a senhora pretende gerir a companhia? Vai mantê-la atrelada ao Caixa Único ou a companhia terá autonomia para atuar?

**Rosinha** - A CEDAE atuará em obediência às prioridades definidas pela população, por intermédio do Plano de Governo, das emendas parlamen-

tares e das reivindicações das comunidades. Pretendemos investir não apenas em novas obras, mas também na conservação e na melhoria operacional.

**Jornal da ASEAC** - A senhora concorda que o governo federal, através do BNDES, CEF etc., só libera financiamentos para empresas privatizadas, deixando as companhias estaduais à mingua? Diante disso, como a senhora pretende alavancar recursos para investir na universalização dos serviços?

**Rosinha** - Esse dado é um fato comprovado. Recursos do FGTS, do FAT e de outras linhas de financiamento devem ser disponibilizados para o saneamento público. Lutarei politicamente, com apoio dos deputados e senadores do PSB e aliados, para alterar a diretriz imposta no atual governo federal.

## DEBATE

População de São Gonçalo pede mais qualidade nos serviços de saneamento básico e faz opção clara pela

# Gestão pública

**Os serviços de saneamento básico, principalmente abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos sanitários, devem obedecer o regime de gestão pública, de forma transparente e com controle social, porque a privatização do setor é uma das piores desgraças para a população”.**

“**E**sta foi uma das principais conclusões do seminário realizado na Câmara de Vereadores de São Gonçalo, no final de março, para discutir o futuro do Saneamento no município, um dos mais populosos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, concentrando cerca de um milhão de pessoas.

Parte de uma série de encontros promovidos pela Câmara, o seminário, realizado por iniciativa do vereador Miguel Moraes, no Dia Mundial da Água, reuniu vereadores e diversas lideranças comunitárias e empresariais da região, além de representantes de trabalhadores do setor, técnicos da CEDAE e da sociedade local, além do presidente da Câmara, Dilvan Aguiar. Representando a CEDAE, estiveram presentes o Superintendente da Região Leste da CEDAE, Ricardo Branco, e o assessor da Área, Marco Brito Chacon. Os presidentes das principais entidades de trabalhadores da CEDAE, entre eles Flávio Guedes, da ASEAC; Vicente Arantes, da ASAPAE; Marcos Lara, da AFTAE; EriZa Zózimo Valatão Ferzeli, do sindicato de Campos; Carlos Eduardo Peixoto Xavier (o Campista), do Sindicato de Niterói; e Francisco Ferreira, do Sintsama.

O vereador Miguel Moraes ressaltou a preocupação da Câmara de Vereado-

res com a qualidade de vida da população. E reconheceu as dificuldades que os técnicos da CEDAE enfrentam para garantir a qualidade dos serviços, especialmente na área de esgotos. “*A presença deles aqui, no entanto, demonstra o interesse da empresa e dos sanitários em encontrar soluções*”, afirmou. O vereador convocou a população a participar das discussões em busca dessas soluções, “pois não adianta ficar nos bairros reclamando. A participação é fundamental para que os problemas possam ser resolvidos”, disse.

### Situação difícil

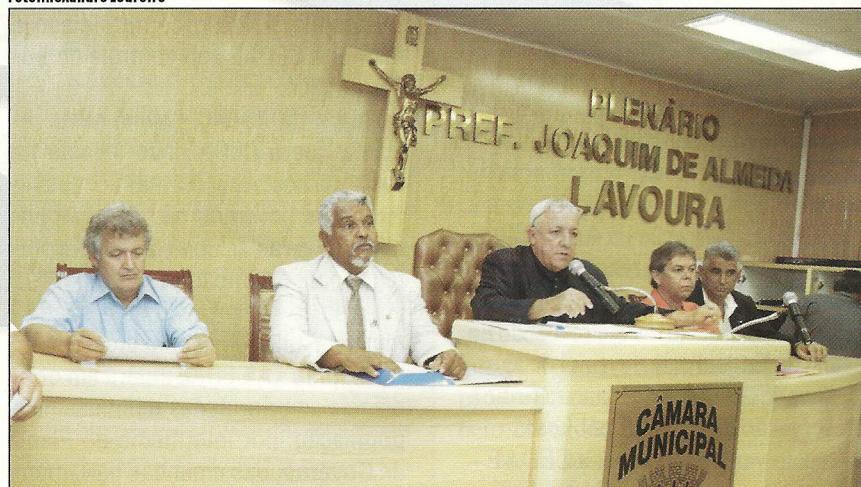
Coube ao engenheiro Marco Brito Chacon traçar um quadro das dificul-

dades técnicas que a CEDAE enfrenta para operar os serviços em São Gonçalo. Isso ocorre, segundo ele, devido à estrutura de saneamento que foi montada há cerca de 100 anos, cujo sistema foi concebido para atender basicamente à população de Niterói. “Ao longo do tempo, nunca se fez nada diretamente para São Gonçalo. Todas as linhas adutoras foram feitas para Niterói. Há um século se trabalha para Niterói, mas a CEDAE só tem 30 anos”, afirmou Chacon.

Devido a isso, as periferias e as partes altas do município sofrem com o problema, “porque o sistema atendia bem 50 mil, 100 mil, mas um milhão de pessoas fica mais difícil. Hoje, as operações têm de ser feitas em cima de manobras”. Além disso, a região cresceu desordenadamente e continua crescendo: “constrói-se uma casa, depois outra em cima e mais outra... Para atender a toda a população, o abastecimento teria de ser setorizado, com grandes reservatórios”, explicou.

Utilizando slides, o superintendente da CEDAE, Ricardo Branco, por sua vez, mostrou aos presentes a estrutura

Foto: Alexandre Loureiro



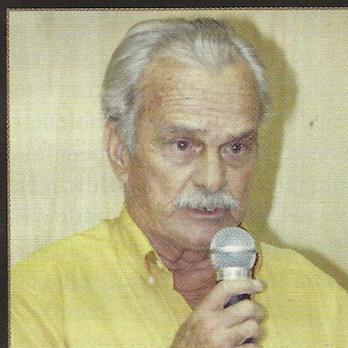
Capacidade do sistema não acompanhou o forte crescimento da população



Fotos Alexandre Loureiro



**RICARDO BRANCO,  
SUPERINTENDENTE DA  
REGIÃO LESTE DA CEDAE**



**ANTÔNIO PINHEIRO, DA  
UNIBAIRROS, ENTIDADE  
DA COMUNIDADE LOCAL**



**MARCO BRITO CHACON,  
ASSESSOR DA SUPERINTEN-  
DÊNCIA LESTE**



**MIGUEL MORAES, VEREADOR  
DE SÃO GONÇALO**

**SISTEMA DA CEDAE EM SÃO  
GONÇALO TEM DÉFICIT DE  
CERCA DE R\$ 3 MILHÕES**

da CEDAE para atender São Gonçalo e falou da responsabilidade social da empresa para manter os serviços, tendo em vista o déficit existente na receita. Segundo ele, sem considerar a área de Alcântara, a CEDAE fatura R\$ 2,8 milhões/mês, mas só arrecada R\$ 2 milhões. “A evasão parece pequena, mas não é, pois nós não estamos contabilizando aqueles consumidores que não pagam há mais de um ano, porque somente o ato de emitir a conta já representa custo”, afirmou Branco. Segundo ele, a evasão de receita chega a 53%, “e nós não cortamos o fornecimento, porque nosso objetivo não é o lucro financeiro, mas social”.

O Superintendente adiantou que a inadimplência (dívidas com mais de um ano) dos consumidores com a CEDAE em São Gonçalo chega a R\$ 2 milhões, acrescida de mais R\$ 1 milhão da área de Alcântara. O município tem 160 mil ligações cadastradas, das quais 58 mil são hidrometradas, e 183 mil economias. Isso representa o atendimento a cerca de 90% dos habitantes – aproximadamente 850 mil pessoas das 950 mil que habitam o município, segundo o último censo do IBGE.

Ricardo Branco informou ainda que São Gonçalo dispõe de 1,5 milhão de metros de tubos. O tratamento e a coleta

de esgotos atendem 43,2 km<sup>2</sup> da área total de 248 km<sup>2</sup> do município, beneficiando cerca de 40%. Segundo o engenheiro, somente o município de Niterói, quando os serviços foram transferidos à iniciativa privada, dispunha de atendimento a 78% da população com água tratada e 73% com coleta e tratamento de esgotos. Ou seja, apenas 20% não eram contemplados com abastecimento de água.

Branco informou que a CEDAE cobra 80% da conta dos serviços de esgoto, enquanto em Niterói a conta é 100%. E a diferença é que, em caso de inadimplência, a CEDAE não corta os serviços. “Chama o cliente para negociar, parcelando a dívida em até 60 vezes”. O superintendente disse ainda que a tarifa da Águas de Niterói chega a ser 120% maior do que a da CEDAE, que fornece o metro cúbico de água por R\$ 0,30 para a empresa privada, ao passo que o custo de produção chega a R\$ 0,80/m<sup>3</sup>. Essa defasagem entre o custo real e o preço final cobrado à Águas de Niterói se deve a um “estranho” contrato firmado entre o governador Marcello Alencar, no final da gestão, com a prefeitura de Niterói e a concessionária privada. Hoje, a Águas de Niterói cobra do consumidor R\$ 32,00 por cada 15 m<sup>3</sup> de água, enquanto a CEDAE pratica uma tarifa de R\$ 15,00 pelos mesmos 15 m<sup>3</sup>.



Fotos de arquivo

Assim como na maioria das cidades, problema maior é o esgotamento sanitário



Fotos: Alexandre Loureiro



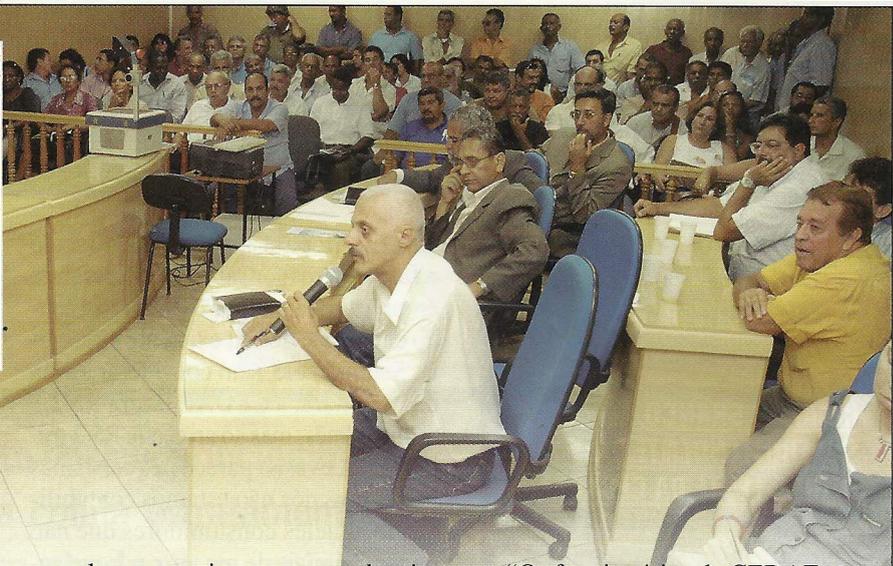
**BRASIL É PRIVILEGIADO EM VOLUME DE ÁGUA DOCE, MAS CUIDA MAL DESSE RECURSO"**

**Água ameaçada**

Presente ao encontro, o presidente da ASEAC fez um alerta para o problema da degradação das fontes hídricas do Estado do Rio, do qual São Gonçalo não está livre. Flávio Guedes lembrou que a Região Metropolitana do Rio já perdeu duas das quatro grandes estações de tratamento que tinha (Santos Malheiro e ETA Caxias), depois que a água dos rios que alimentavam essas ETAs se tornou intratável.

Hoje, segundo ele, os rios que formam o sistema Imunana/Laranjal – Macacu, Caceribu e Guapi-a-çu – enfrentam problemas de vazão, que podem se transformar em transtornos para a população no futuro próximo. “O rio Caceribu também já se perdeu. E os dois que sobraram estão abandonados, assoreados e poluídos, sem proteção nos pontos de recarga do lençol freático. Eu venho alertando para o problema, pois se parar de chover como ocorreu recentemente, há cerca de dois anos, a população vai ficar sem água”, advertiu o engenheiro.

Flávio Guedes explicou que a Região Metropolitana ainda dispõe da ETA Guandu, mas o rio Paraíba do Sul, que a alimenta, também está praticamente morto. “O rio está com um volume menor de água em função da destruição da vegetação e fragilização da bacia hidrográfica como um todo. Os peixes estão com deformações por causa dos despejos industriais sem o devido tratamento”, alertou. Por isso, o presidente da ASEAC defende a parceria com os municípios, inclusive São Gonçalo, que ele chama de “Parcerias Público-Públicas – diferente da forma como o governo federal está pro-



pondo, que consiste na entrega dos sistemas de saneamento às empreiteiras. E esta parceria pressupõe a proteção prioritária aos mananciais”.

O engenheiro da CEDAE lembrou ainda que o Brasil é privilegiado em volume de água doce, mas cuida mal desses recursos. O Aquífero Guarani é um exemplo disso: dispõe de 50 mil km<sup>3</sup> cúbicos de água – a maior reserva subterrânea de água do mundo – que já sofre o processo de degradação. “Gostaria de ver o poder público fazer uma administração para os nossos filhos, para que, daqui a 10, 20, 30 anos, eles possam ter uma água de boa qualidade”, concluiu.

**Conselho gestor**

Entre os participantes da sociedade civil, o presidente da Federação das Associações de Moradores de São Gonçalo (Unibairros), Antônio Pinheiro, que representa 201 entidades, defendeu a criação de um Conselho gestor para o saneamento, com a participação da sociedade nas discussões e definições de prioridades, na execução dos projetos e na fiscalização das verbas.

**“Sou radicalmente contra a privatização, mas quero uma gestão pública de qualidade.”**

“Os funcionários da CEDAE são bons, atenciosos; muitas vezes querem ajudar, resolver os problemas, mas não conseguem. E também falta planejamento, porque a politicagem não deixa”, reclamou. Segundo o líder comunitário, “a população não quer água somente no dia da eleição, quer água nos canos o ano inteiro”.

O vereador Jorge Mariola apoiou a idéia de criação do Conselho Gestor. E disse que a população aguarda a entrada em operação dos reservatórios de Marques Maneta e Colubandê, construídos dentro do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), que poderão ajudar a equilibrar a distribuição de água em São Gonçalo.

O vereador José Augusto, por sua vez, reconheceu a competência da CEDAE para operar os serviços de saneamento, mas defendeu um cuidado maior também com as questões ambientais, principalmente a preservação das fontes de água do Estado. “Sou radicalmente contra a privatização, mas quero uma gestão pública de qualidade”, concluiu.

Por sua vez, o presidente do grupo “Nosso Pedaco”, afirmou que a CEDAE é a “Bola da Vez” no processo de privatização. “Está sucateada e mal administrada. Por isso, não consegue recursos para atender as necessidades de São Gonçalo e de outros municípios”, afirmou. Ele também reforçou a proposta de implantação de um conselho gestor paritário, com maioria formada pelos empregados da CEDAE e pela sociedade civil. “Se deixarmos as coisas nas mãos do Executivo, a bomba vai acabar estourando é nas nossas mãos”, alertou.

